

ENTREVISTA COM HAUD GUÉGUEN, PIERRE SAUVÊTRE E CHRISTIAN LAVAL: LE CHOIX DE LA GUERRE CIVILE. UNE AUTRE HISTOIRE DO NÉOLIBÉRALISME¹

ENTREVISTA PUBLICADA ORIGINALMENTE EM 22 DE ABRIL DE 2021 NO MAGAZINE DIACRITIK E REALIZADA POR ALEXIS PELLETIER.²

TRADUÇÃO DE CLÁUDIO ZANOTELLI³

1. Sobre o livro que motivou a entrevista, *Le choix de la guerre civile. Une autre histoire du néolibéralisme*, consultar a resenha publicada no número 32 da *Geografares*; o livro está previsto para ser lançado em 2021 no Brasil pela Editora Elefante. Todas as notas de rodapé são do tradutor.

2. Agradeço à Christian Laval a sugestão de realizar a tradução dessa entrevista para publicá-la na *Revista Geografares*. A entrevista está disponível na versão original em francês no endereço: <https://diacritik.com/2021/04/22/entretien-avec-haud-gueguen-pierre-sauvetre-et-christian-laval-le-choix-de-la-guerre-civile/>

3. Revisão de Ana Maria Leite de Barros.

4. O livro *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal* foi publicado em português pela Boitempo em 2016 no Brasil. Dos mesmos autores foi lançado no Brasil, também pela Boitempo, *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI* (2017) e, pela Editora Perspectiva, *A Sombra de outubro: A revolução russa e o espectro dos soviets* (2018).

Haud Guéguen, Pierre Sauvêtre, Pierre Dardot e Christian Laval são membros do laboratório Sophiapol da Universidade de Paris-Nanterre. Eles acabaram de lançar pelo Editor Lux o livro "*A escolha da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo*". O livro é um reflexo do trabalho que eles lideram dentro do Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA). *A escolha da guerra civil* completa, assim, os livros que Dardot e Laval publicaram sobre o mesmo assunto: *La nouvelle raison du monde* (La Découverte 2009) e *Ce cauchemar qui n'en finit pas* (La Découverte, 2016)⁴.

A escrita, tanto precisa quanto simples, dos quatro autores oferece uma análise que provoca a reflexão dos leitores. *A escolha da guerra civil* mostra, de fato, que além das inúmeras variantes políticas do neoliberalismo, essa ideologia se baseia em um certo número de constantes teóricas que desfazem a democracia. É para entender melhor essas últimas que o Diacritik fez algumas perguntas a três dos autores do livro, Haud Guéguen, Pierre Sauvêtre e Christian Laval.

Jornalista Alex Pelletier (AP): **Para começar, acho necessário esclarecer o significado do termo "guerra civil".**

Pierre Sauvêtre: Deve de fato ficar claro desde o início que não usamos o termo de acordo com seus usos mais frequentes. O conceito de guerra civil é muitas vezes estruturado por dois grupos da oposição: a guerra civil interna se opõe à guerra interestatal externa porque é o confronto armado entre cidadãos do mesmo Estado; e a guerra civil se opõe à política porque é um desencadeamento da violência sem regras, enquanto a política é a suspensão da violência pelo Estado de Direito. Hobbes, assim, viu na guerra civil uma "guerra de todos contra todos" própria ao estado de natureza ao qual a ordem contratual do Estado pôs um fim, mas ao qual os indivíduos retornariam se o Estado se dissolvesse. A guerra civil e a política eram, portanto, mutuamente exclusivas para ele.

Para nós é o contrário que ocorre, inspiramo-nos dos desenvolvimentos de Foucault em seu curso *A sociedade punitiva* para questionar essas oposições no caso do neoliberalismo. Em primeiro lugar, a guerra civil interna não é distinta da guerra interestatal externa, ao contrário, ela é a sua continuidade. Considerando os esforços necessários para acabar com a grande

greve dos mineiros britânicos, Thatcher, em julho de 1984, estabeleceu a continuidade entre esses dois tipos de guerra: "Tivemos que lutar contra o inimigo de fora, das Malvinas. Devemos também estar cientes do inimigo interno, que é muito mais difícil de lutar e muito mais perigoso para a liberdade". A guerra civil não é uma guerra entre indivíduos, mas entre coletivos que são constituídos por sua própria colocação em um cenário. Assim, ela muda constantemente os termos de confronto e a composição dos grupos em luta, estes, como aqueles, não são independentes da política como o reino da lei e do poder do Estado, mas podem, pelo contrário, ser constituídos por ele, ou reativados por ele se já estiverem cristalizados. A este respeito, a guerra civil neoliberal, ao contrário do que poderia ser a *stasis*⁵ para os gregos, também não é a ameaça permanente de dissolução do corpo social que motiva a política como uma construção consensual da *Cité*⁶, mas é o produto das relações de poder e do exercício do governo. Nesse sentido, identificamos a unidade do neoliberalismo no movimento para impor uma ordem de mercado através de uma "política de guerra civil" e sua variação histórica com as diversas "estratégias de guerra civil" associadas à inimigos sempre cambiantes (o socialismo, os sindicatos, o Estado social, os militantes da contracultura, as mulheres, as minorias, a população vivendo em situação de precariedade social), pelas quais ele tentou estabelecer esta ordem em contextos históricos sempre específicos.

AP: Não se trata, portanto, de uma verdadeira guerra?

Pierre Sauvêtre: Embora não concebamos a guerra civil como o confronto armado entre duas partes da população, não damos, no entanto, ao termo "guerra" um significado metafórico. Este termo pretende destacar a violência física aberta que os governos neoliberais podem usar para neutralizar aqueles que eles constituem como seus inimigos. O caso do Chile de Pinochet é evidente, o da repressão dos Coletes Amarelos (*Gilets Jaunes*) também. Em geral, este termo também se refere à crescente militarização de aparelhos repressivos e métodos de repressão interna dos movimentos sociais. Mas essas guerras são inseparavelmente "civis", e em dois sentidos distintos. Por um lado, porque elas mobilizam não apenas meios militares, mas também meios políticos, jurídicos ou culturais para enfraquecer seus inimigos – vamos pensar na prática cada vez mais difundida da *lawfare* ou em termos de valores culturais dos recentes ataques ao "islamo-esquerdismo"⁷ e a "não-mistura". E, por outro lado, porque, com base na lógica da constituição de um inimigo interno, essas guerras reúnem em torno delas coalizões sociais cujos afetos são mobilizados por elas sem que mantenham qualquer vínculo de interesse com os objetivos de securização do capitalismo que é próprio ao neoliberalismo.

AP: Vocês analisaram com precisão os discursos dos principais teóricos do neoliberalismo. Estes incluem Ludwig von Mises e, claro, Friedrich Hayek. Vocês mostram, para este último,

5. Derivado da distinção no grego antigo entre "pólemos", que é traduzido como guerra, e "stasis", traduzido como sedição: a primeira como um confronto bélico entre grupos que são estrangeiros e indiferentes entre si; a segunda como um confronto interno dentro de um grupo, sendo, por definição da palavra, uma espécie de revolta, motim ou guerra civil na qual os iguais se digladiam e provocam discórdia e dissensão.

6. *Cité* aqui tem o sentido de Cidade onde se encontram os cidadãos reunidos pela política.

7. Referência às imputações do governo de Macron e de certos intelectuais de direita franceses à, inverídica, cumplicidade de movimentos de esquerda, que são críticos da colonização por Israel de territórios palestinos, com supostos terroristas muçulmanos. A expressão recentemente foi utilizada pela ministra da educação francesa para desqualificar as ciências sociais críticas praticadas nas universidades. Se revelou, assim, uma tentativa de desqualificar as ciências sociais por serem críticas às políticas neoliberais de Macron, revelando ao mesmo tempo uma estigmatização da religião muçulmana por meio de referências pejorativas aos hábitos culturais

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

JANEIRO - JUNHO, 2021
ISSN 2175-3709

seu papel junto à Pinochet e Margaret Thatcher. Em efeito, se compreende que o neoliberalismo se opõe em primeiro lugar e antes de tudo ao povo. Vocês até falam de demofobia. O que vocês entendem exatamente por essa expressão?

Haud Guéguen: Uma certa lenda política quereria que o neoliberalismo seja essa doutrina que, ao se opor a qualquer forma de intervencionismo estatal e fazendo direito à liberdade individual e ao livre mercado, fosse uma defesa da democracia contra as tendências totalitárias do Estado. Falar de "demofobia" é, pelo contrário, recordar a dimensão central do neoliberalismo doutrinário e governamental que é sua profunda desconfiança do povo, bem como de qualquer forma de democracia ilimitada. Em um trabalho de 1929 significativamente intitulado "Mística Democrática", Louis Rougier fez assim uma distinção entre duas formas de democracia que se tornariam essenciais para todas as correntes neoliberais: a distinção entre uma democracia baseada no conceito de "soberania popular" que, segundo ele, só poderia levar ao "totalitarismo", e o de uma democracia "liberal" que, com base na limitação dos poderes dos governos, pelo contrário, pretende evitar qualquer intrusão pelas massas na ordem de mercado. Dos ordoliberais a Hayek, Mises, Lippmann e os partidários do *Public choice*, este é de fato um ponto de acordo fundamental para todos os teóricos neoliberais, como foi revelado pela forma como todas essas correntes foram levadas a saudar o golpe militar de Pinochet em 1973. Ou seja, essa ideia de que a ordem de livre-concorrência exigida pela existência e funcionamento do mercado só é possível se o poder das "massas" for radicalmente neutralizado, esse poder que é visto, seguindo um verdadeiro lugar comum do movimento conservador, como inulto, ganancioso e, portanto, incapaz de governar a si mesmo. Quando, em *Direito, Legislação e Liberdade*, Hayek explica que, embora o verdadeiro valor da democracia seja proteger "contra o abuso de poder", este último não pode representar "o mais alto valor político" e que "uma democracia sem limites pode muito bem ser algo pior do que governos limitados que não são democráticos", ele somente está expressando a convicção neoliberal de que a democracia tem apenas um valor relativo: a democracia liberal é apenas uma opção entre outros governos que são mais abertamente autoritários, como a ditadura, o que conta essencialmente é de conseguir interditar todo projeto de regulação da ordem de mercado por meio de sua constitucionalização ou do que, nesta obra, propusemos de chamar de um "constitucionalismo de mercado".

É, no entanto, importante notar que essa oposição de princípios a qualquer forma de soberania popular foi imediatamente acompanhada de uma importante reflexão estratégica sobre como conquistar o apoio do povo de maneira a poder, por assim dizer, virar o povo contra si mesmo. Uma vez que a principal característica das massas é, aos olhos dos neoliberais, que elas são incapazes de pensar por si mesmas, o que está em jogo é que homens da elite consigam dirigi-las de maneira a neutralizar ou a desativar o

perigo democrático. Toda a reflexão de Walter Lippmann sobre o papel dos especialistas na construção da opinião pública a partir da década de 1920 se inscreve bem precisamente nessa problemática estratégica que não perdeu nada em atualidade.

AP: Seu livro, portanto, se opõe a uma série de lugares comuns que dizem respeito ao neoliberalismo. Dentre eles se incluem o desengajamento do Estado. O neoliberalismo significa um desengajamento do Estado ou uma redefinição de seu engajamento com a sociedade?

Pierre Sauvêtre: Uma das ideias centrais que já se encontrava em *A Nova Razão do Mundo*, e que é reforçada neste livro, é que o neoliberalismo faz uma grande ruptura na questão do Estado com o liberalismo e sua concepção de um Estado mínimo não intervencionista. A ideia de que o mundo de hoje é caracterizado pelo desengajamento do Estado, que é dominado unicamente pelo mercado mundial e pelo peso das multinacionais – a hipótese do "ultraliberalismo" – é contrariada por todas as propostas intelectuais dos neoliberais, bem como pela intervenção maciça e permanente dos Estados-nação nas sociedades contemporâneas, o que o aumento exponencial de um neoliberalismo nacionalista e a crise da covid-19, recentemente, só reforçaram ainda mais.

Em *A Nova Razão do Mundo*, já se afirmava como a concepção neoliberal do Estado se baseava em sua relação com a economia em um intervencionismo especificamente neoliberal diametralmente oposto ao intervencionismo do tipo social e redefinindo completamente a relação entre a sociedade e o Estado. Enquanto o intervencionismo social fez do Estado um meio de coordenar as demandas sociais para regular o mercado, o intervencionismo neoliberal tem o propósito, em vez disso, de moldar as instituições e a sociedade para adaptá-las ao mercado. Ele se decompõe em um intervencionismo jurídico que visa facilitar o funcionamento do mercado fundando-se na norma da concorrência, um intervencionismo gerencial que transforma os serviços públicos baseado no modelo da empresa e um intervencionismo societal que pretende fazer de cada indivíduo um "empreendedor de si mesmo" para usar a fórmula de Foucault. Nessa concepção, o Estado não é mais uma ferramenta democrática para a sociedade, mas um soberano que molda uma sociedade de concorrência para o mercado.

No livro *Choix de la guerre civile*, nós retornamos ao avesso negativo desse intervencionismo construtivo do Estado neoliberal, a saber, a concepção de um "Estado forte" primeiro teorizado por Carl Schmitt e retomado por todos os fundadores do neoliberalismo. Para que o intervencionismo neoliberal atue para alcançar a integração plena da sociedade no mercado, é necessária, correlativamente, uma ação para proteger o mercado das demandas democráticas por justiça social. É o papel do Estado forte que se concebe como um Estado acima da sociedade e da democracia e de forma alguma subordinado a elas, e que deve, por todos os meios, impedir que as massas tenham controle sobre o destino da economia. Por

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2021
ISSN 2175-3709

isso, está intimamente ligado à "demofobia" neoliberal e é feito para combater a "raiva democrática", como diz Röpke. As principais tarefas que lhe são atribuídas pelos neoliberais são o desmantelamento do Estado de bem-estar social, a recusa em ceder sob pressão dos interesses sociais, o uso da violência contra aqueles que prejudicam o funcionamento do mercado e o estabelecimento da ditadura quando a sobrevivência da economia livre está ameaçada. O estabelecimento de uma ordem jurídica e institucional para garantir o mercado e a violência do Estado contra a democracia e a sociedade são as duas faces complementares que desenham os contornos do Estado neoliberal.

AP: Isso significa, então, um estado forte, limitado ao que poderia ser chamado de uma espécie de polícia jurídica geral. Vocês aceitariam essa expressão?

Pierre Sauvêtre: Como acabamos de ver, o Estado forte não se limita a uma dimensão jurídica, é uma concepção da manutenção da ordem política e social, e, portanto, antes se trata de um Estado policial que se supõe que deva apoiar o arcabouço jurídico do neoliberalismo que coloca em seu ápice o direito privado. Alexander Rüstow escreveu: "Desde o início, atribuímos ao Estado forte e independente a tarefa fundamental de polícia do mercado para securizar a liberdade econômica e a concorrência total." Portanto, se quisermos falar de "polícia jurídica" seria no sentido das funções de polícia necessárias para a preservação da ordem jurídica do mercado. No entanto, pode-se perguntar se a situação contemporânea não vai além de uma "polícia de mercado" ou uma "polícia jurídica" entendida nesse sentido, quando, por exemplo, mencionamos no capítulo 10 do livro a forma contra-insurrecional que tomou nos últimos anos a política de manutenção da ordem, como foi revelado notadamente no tratamento dado aos Coletes Amarelos (*Gilets jaunes*). O que estamos testemunhando, com as disposições sobre a proibição da ocupação dos campi universitários do projeto de lei LPR ou a Lei de Segurança Global, é a formação de um direito contra-insurrecional que aproveita as próprias situações de guerra civil ativadas pelos governos para tornar ilegal qualquer disputa no futuro. Em vez de uma "polícia jurídica", pode-se falar que está tomando forma um "direito policial do mercado".

AP: O ódio do povo, que mencionamos anteriormente, não é maquiado pelo vocabulário e pela utilização da comunicação?

Christian Laval: Os textos teóricos que citamos e nos quais os autores de referência admitem sua demofobia mostram um medo-pânico das massas, é o terror diante do perigo que elas representariam se um dia ousassem pensar por si mesmas e quisessem impor políticas e construir instituições que fossem mais favoráveis a elas e sobre as quais exerceriam um controle. Essa demofobia é disfarçada por um discurso de desqualificação das massas. É bastante evidente que um político não pode dizer abertamente o que

os teóricos neoliberais podem admitir em seus livros, ele não pode repetir nos mesmos termos o que Mises, Rougier ou Hayek pensam, aliás, bastante cruamente, das massas, de sua incapacidade de respeitar as leis mais fundamentais da vida econômica: a liberdade de empreender, a propriedade e a concorrência. Também os governos devem usar uma linguagem mais eufemizada que aquela dos peritos, dos tecnocratas e dos cientistas. A comunicação oficial dos poderes, e é sem dúvida Lippmann quem a explicou melhor, tem obviamente uma tarefa muito complexa, pois deve convencer, em um regime que afirma ser democrático, a "opinião pública" idealizada que ela não deve tomar o lugar do perito que sabe melhor do que ela o que é bom para a sociedade. A arte política do neoliberalismo consiste, portanto, em desqualificar as massas, e em desacreditar qualquer coisa que seja do interesse da maioria da população, mas sem ser capaz de dizê-lo abertamente, ou diretamente. Um bom exemplo disso é o uso desqualificador do termo "populismo" hoje. Na França, isso não é novo. Um dos primeiros governos a reivindicar o neoliberalismo, na época de Giscard d'Estaing, foi o de Raymond Barre, o "primeiro economista da França". Se tratava na época de governar de acordo tão somente com as leis científicas da economia. O que mostramos em nosso livro é a existência de outro aspecto da comunicação política que acompanha estratégias neoliberais, o que Stuart Hall havia analisado na Inglaterra como o "populismo autoritário" de Thatcher. Como podemos ver, é uma questão de compreensão da comunicação neoliberal como uma articulação entre um discurso peritocrático e um discurso com tons populistas, mas um populismo muito particular, de um tipo tradicionalista, nacionalista e mesmo comunitário.

AP: Devemos entender que Trump e Biden são duas faces bastantes próximas de uma mesma moeda?

Haud Guéguen: Que Trump e Biden sejam como dois lados da mesma moeda neoliberal – que é de fato uma das teses que desenvolvemos nessa obra – não implica que devemos ver entre eles uma proximidade compreendida no sentido preciso de que as diferenças que os separam na realidade seriam apenas ilusórias. Em nossa opinião, isso pressupõe, pelo contrário, reconhecer como uma característica principal do neoliberalismo contemporâneo a sua *plasticidade*: ou seja, sua capacidade de esposar formas políticas, bem como estilos, retóricas e formas de governar extremamente diversos. No entanto, o que procuramos, deste ponto de vista, analisar no livro é a forma como o empreendimento de dismantlar o Estado social por meio de um Estado forte garantidor da ordem do mercado poderia tanto se acomodar de uma retórica reacionária e "populista" baseada nos valores conservadores da família, religião e comunidade nacionalista (como é o caso de figuras como Trump, Bolsonaro ou Orban) quanto a uma retórica progressista e globalista focada na meritocracia e emancipação individual (como é o caso de figuras como Macron,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2021
ISSN 2175-3709

Merkel ou Biden). Estas são, se preferir, duas opções estratégicas, cujos principais efeitos é que conseguiram desse modo saturar o espaço político dos possíveis, tudo isso acontecendo como se a alternativa fosse agora reduzida à escolha entre essas duas versões do neoliberalismo, que são sua versão conservadora e sua versão modernista. Ora, se isso significa recusar-se a raciocinar nos termos da oposição entre um liberalismo ligado aos valores da democracia e dos direitos individuais e um iliberalismo populista, isso implica simultaneamente rejeitar a ideia de que seria apropriado ver nos governos de um Trump ou de um Bolsonaro algo como uma saída do neoliberalismo (um "Frankenstein" do neoliberalismo de acordo com a hipótese de Wendy Brown) ou o ressurgimento de um "liberalismo autoritário". Ao enfatizar a concordância fundamental dessas duas opções no que diz respeito ao projeto de alcançar uma pura sociedade de mercado, tal leitura pressupõe, antes, compreender o que nos parece ser um dos fenômenos políticos principais das últimas décadas. A saber, essa duplicação do neoliberalismo governamental em uma versão reacionária de direita e uma versão modernista de esquerda e a maneira como, a partir dos anos 1990, ela permitiu deslocar a oposição política para o campo único dos valores – o que os Anglo-saxões designam sob a categoria de “guerras culturais” (*culture wars*) e que nos propomos aqui de vincular a uma *guerra de valores*.

Se a versão reacionária se reapropria, assim, de temas conservadores que desempenharam um papel central desde a elaboração do projeto de renovação do liberalismo enquanto explora o ressentimento das classes populares abandonadas pelas esquerdas de governo, a versão modernista apresenta, por sua vez, a especificidade de ter conseguido capturar as reivindicações da contracultura dos anos 1960, separando-as da crítica que faziam ao capitalismo. Construir ou imaginar uma alternativa real ao neoliberalismo pressupõe, portanto, hoje, se refletir sobre os laços estreitos que o projeto emancipatório deve manter com um projeto de igualdade radical.

AP: Mesmo se certos teóricos estão comprometidos com o fascismo italiano ou com o Chile, vocês têm muito cuidado para não assimilar fascismo e neoliberalismo. Vocês afirmam notadamente que a principal diferença diz respeito à estratégia para conservar o poder. É isso mesmo?

Christian Laval: Não é bem isso. Os governos neoliberais usam todos os métodos à sua disposição para permanecer no poder, a fim de defender a ordem de mercado e até mesmo estendê-la a todas as relações sociais, a todas as instituições. Incluindo, portanto, a violência aberta, a repressão contra os opositores, as leis mais liberticidas. Não entenderíamos o declínio quase universal das liberdades no mundo se não entendêssemos a ligação que tem com a necessidade de os governantes submeterem as populações à grande lei do mercado, e isso por todos os meios.

Mas se trata do "fascismo" histórico como o conhecíamos entre as duas guerras? Não haveria uma confusão demasiado rápida entre os "métodos fascistas", as lógicas fascistas, os bandos de fascistas, digamos até mesmo um estilo fascista de manipular multidões, como vimos em ação nos Estados Unidos, Brasil ou em outros lugares, e o fascismo histórico? Alguns dos autores que discutimos no livro falam sobre "fascismo neoliberal", ou "neoliberalismo fascista". De nossa parte, insistimos em um ponto: o neoliberalismo é o portador da violência contra a sociedade porque é um projeto político para a transformação dessa sociedade que não pressupõe, para dizer o mínimo, o consentimento informado, lúcido e refletido desta sociedade no que diz respeito aos objetivos e consequências dessa transformação. Mas este projeto político não é o do fascismo histórico, mesmo que possa usar os métodos "autoritários" que se assemelham a ele. A tarefa não é jogar sobre as semelhanças e as analogias, mas identificar a *singularidade histórica* do neoliberalismo como um conjunto de estratégias voltadas para estabelecer, proteger e ampliar a ordem de mercado. Deste ponto de vista, devemos concordar que estamos muito longe do projeto fascista de controle total da população em organizações de massa, da submissão de todas as instituições ao Estado-partido, das conquistas territoriais do povo superior para expandir seu espaço de vital e, sobretudo, da absorção da economia no Estado total. Não descartamos, no entanto, que uma nova forma de fascismo possa estar no horizonte por meio da exacerbação das tensões e das frustrações engendradas pela lógica do neoliberalismo. O fim do projeto neoliberal não será forçosamente o que esperamos.

AP: Que lugar Macron e sua equipe ocupam nessa estratégia?

Christian Laval: Há, sem dúvida, um "caso Macron" que é em si muito interessante. A grande questão para os governantes hoje é de saber como continuar a governar de acordo com a mesma lógica de transformação da sociedade e até mesmo de saber como empurrá-la ainda mais longe, ainda que vejamos cada vez mais claramente que as consequências do neoliberalismo são suportadas pelas frações dos mais pobres e mais vulneráveis da população, bem como por largas frações das chamadas classes médias, especialmente aquelas que precisam de serviços públicos e mecanismos de redistribuição social para se manterem à tona. O estilo Bonapartista de Macron, que tem sido capaz de fazer uso perfeito das alavancas menos democráticas das instituições francesas e explorar a seu favor as oportunidades oferecidas pela crise da representação política, tornou possível formar na França um "bloco neoliberal" composto por representantes eleitos da direita e da esquerda que, na realidade, nada opunha desde há muito tempo. Macron foi até o fim da adaptação da social-democracia, da qual é originário, à dominação neoliberal. Seu sucesso reside, em primeiro lugar, em seu desejo de dissolver completamente a esquerda "socialista" no banho ácido do neoliberalismo. Mas isso

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2021
ISSN 2175-3709

8. *Dégagiste* é uma palavra derivada do verbo *dégager* que tem o sentido de liberar, limpar, etc. Talvez nesse contexto Laval tenha se referido ao fato de Macron pretender "liberar" o campo político de todos os partidos de governo, pretendendo, assim, encarnar a solução e a "revolução" neoliberal.

não é tudo. Seu cinismo o convenceu a jogar todos os jogos ao mesmo tempo: o jogo do populismo *dégagiste*⁸, o do verticalismo jupiteriano e da República de capacete, o da expertise científica econômica e até mesmo epidemiológica, o do globalismo antinacionalista, e agora o da extrema direita xenófoba e anti-intelectual. É como se todas as possíveis figuras do neoliberalismo fossem encontradas no mesmo homem. "Eu sou Pássaro: veja minhas asas (...) Eu sou um Rato: vivam os Ratos". O "morcego" macroniano ilustra bem a plasticidade do neoliberalismo de que estávamos falando a pouco. O essencial é não ser pego como as doninhas da fábula. A "revolução" que ele anunciou pretender conduzir em seu livro-programa em 2017 está talvez dificultada e retardada pela pandemia da Covid, mas não está abandonada, e ela é de uma inspiração neoliberal raiz.

AP: O último capítulo de vossa obra é, digamos, mais lírico. Mostra que se pode opor a esta guerra civil "uma estratégia de igualdade e democracia". Então há algo além de angústia ao mundo, hoje...?

Haud Guéguen: Depois de ter tentado analisar de forma clínica ou cirúrgica, por assim dizer, as várias estratégias implantadas pelo neoliberalismo doutrinário e governamental, pareceu-nos decisivo que a conclusão do livro não apenas o critique, mas se concentre, de forma mais positiva ou propositiva, em esboçar os amplos contornos do que poderia significar uma verdadeira alternativa ao neoliberalismo hoje. Voltando-nos para os experimentos que, como foi o caso durante a Comuna, se deram a ambição de opor a "revolução" à "guerra civil" – e, portanto, de não jogar o jogo da divisão do povo contra si mesmo –, se tratava nesse sentido de fazer plenamente esse exercício de imaginação que consiste em sondar as lutas e práticas contemporâneas do ponto de vista dos possíveis e das utopias reais que ali se elaboram, permitindo, ao fazê-lo, vislumbrar os contornos de uma ordem social alternativa àquela de mercado. À utopia neoliberal de uma pura sociedade de mercado, agora em processo de tornar-se plenamente real, se opõe, então, uma utopia alternativa assumindo a promessa de emancipação política, social e individual que o neoliberalismo se deu precisamente como projeto desativar, reduzindo o significante da "liberdade" à sua significação estritamente econômica.

É necessário a este respeito revivificar o sentido pleno de liberdade entendida como autonomia ou autogoverno, o que convém opor à estratégia anti-igualitária e antidemocrática que é constitutiva do neoliberalismo, e é, conseqüentemente, isso que propusemos, em efeito, definir como uma *estratégia de igualdade e de democracia radical*. Ao usar tal expressão, no entanto, não se trata de reabilitar de forma puramente abstrata os ideais normativos contra os quais o projeto neoliberal foi construído, na medida em que esse último se baseia no que poderia, inspirado em Rancière, se chamar de "pressuposto da desigualdade". Trata-se

mais radicalmente de prestar atenção à forma como, no plano ecológico, social e sanitário, bem como sobre o plano dos movimentos feministas, o conjunto das lutas contemporâneas nos convidam a não separar a exigência de liberdade de uma exigência de igualdade, seja em termos de participação nos processos de deliberação e tomada de decisão política ou em termos de acesso a recursos e serviços coletivos. Se a conjuntura atual aparece inegavelmente terrível em muitos aspectos, a única maneira de não se fechar na "melancolia de esquerda" é em efeito levar a sério a forma como, longe de ser unicamente reativas, as lutas contemporâneas também são espaços onde se inventa outra lógica estratégica ou racionalidade que não seja aquela do neoliberalismo – racionalidade que, como muitos outros atores sociais e teóricos, propomos que seja vinculada àquela do comum e que esse livro convida a ler simultaneamente como uma estratégia *antiguerra civil*.

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Janeiro-Junho, 2021
ISSN 2175-3709